

PAUL HORWICH: SIGNIFICADO COMO USO

Paul Horwich: Meaning as Use

Juliano Santos do Carmo
UFPEL

Resumo: Este artigo tem por objetivo geral destacar alguns aspectos fundamentais para o entendimento adequado do significado linguístico centrado na ideia de “uso”. A noção de uso enquanto determinante do significado foi proposta pela primeira vez por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (1953). Desde então, surgiram muitas tentativas de compatibilizar a noção de uso com as demais perspectivas oferecidas pelo filósofo naquela obra, não obstante, a questão ainda permanece distante de atingir um consenso. Recentemente, a teoria do significado como uso proposta por Paul Horwich, reacendeu o debate a respeito das noções de uso, significado e naturalismo semântico. A abordagem inspiradora de Horwich tem se revelado uma excelente estratégia tanto no que se refere a evidenciar a pertinência da proposta wittgensteiniana, como no sentido de oferecer soluções eficazes às objeções recorrentes que ela enfrenta. O objetivo específico deste trabalho é mostrar o modo como Horwich pretende resolver algumas daquelas objeções.

Palavras-chave: Wittgenstein, Paul Horwich, Significado, Uso, Propriedades do Significado.

Abstract: This paper aims to highlight some general aspects to the proper understanding of linguistic meaning focused on the Idea of “use”. The notion of use as a determinant of meaning was first proposed by Wittgenstein in the *Philosophical Investigations* (1953). Since, there have been many attempts to make compatible the notion of use with other perspectives offered by the philosopher in that work, however, the question still remains open. Recently, the theory of meaning as use proposed by Paul Horwich, has rekindled the debate about the notions of use, meaning and semantic naturalism. The Horwich’ inspiring approach has proved an excellent strategy both in regard to highlight the relevance of the proposal wittgensteinian, as in order to offer effective solutions to recurring objections it faces. The specific aim of this work is to show how Horwich seeks to resolve some of those objections.

Keywords: Wittgenstein, Paul Horwich, Meaning, Use, Meaning Properties.

1. Background

A estratégia de defender que o significado é uma noção completamente determinada pelo uso que fazemos de palavras na linguagem parece ser apresentada pela primeira vez nas *Investigações Filosóficas* (1953) de Wittgenstein. O novo lema “o

significado é o uso” entusiasmou grande parte dos filósofos insatisfeitos com as explicações platônicas e empiristas¹ a respeito do significado. Com efeito, uma nova “filosofia” parecia estar sendo suposta com as considerações essencialmente pragmáticas daquela obra. A nova maneira de entender a tarefa da filosofia, e mesmo as noções de linguagem e critério de significação, acabou por contribuir no sentido de alimentar suspeitas sobre a questão da homogeneidade do pensamento de Wittgenstein.

Uma peculiaridade da análise de Wittgenstein sobre a noção de “uso”, apresentada nas *Investigações Filosóficas*, é justamente sua relação intrínseca com a noção de compreensão. Compreender e seguir uma regra são atividades completamente imediatas² (não há nenhum intermediário explicativo entre elas). A nova estratégia consistia em indicar “imagens” como que num álbum de figuras, abordadas sistematicamente a partir de diversos ângulos. O que o leitor encontra naquela obra é na verdade uma inovadora metodologia filosófica: o objetivo não é oferecer novas e surpreendentes teorias ou elucidações, mas, antes, examinar o uso da linguagem e mostrar que boa parte de nossos problemas filosóficos são originados de mal-entendidos a respeito da lógica de nossa linguagem³. De qualquer modo, uma das passagens onde a noção de uso aparece de modo explícito é a seguinte:

Para uma grande classe de casos – senão para todos – nos quais utilizamos a palavra ‘significado’ ela pode ser definida assim: o significado de uma palavra é seu uso na linguagem.⁴

A interpretação *standard*⁵ do pensamento de Wittgenstein costuma insistir que o ponto central nas *Investigações Filosóficas* são as considerações sobre “seguir regras” e não propriamente sobre o “uso” que fazemos das expressões na linguagem. Este é, sem dúvidas, um dos grandes equívocos exegéticos da obra do filósofo. Uma nova perspectiva de leitura tem sido oferecida por Katrin Glüer e Asa Wikforss (2009)⁶, onde as regras não são essenciais para a determinação do significado. Na verdade, como sugerem as autoras, na fase final do pensamento de Wittgenstein (leia-se os textos a partir da elaboração do *Brown Book*) ele passou a defender a tese de que “a

¹ Os ataques do segundo Wittgenstein estavam concentrados em duas das teorias tradicionais do significado: (1) aquela que defende a ideia de que a linguagem é uma espécie de nomenclatura e que aprender uma língua equivale essencialmente a aprender a associar palavras a coisas através da definição ostensiva; e (2), a teoria que defende que o significado é identificado com imagens mentais.

² MCGINN, C. *Wittgenstein on Meaning: An Interpretation*. Oxford: Blackwell, 1984.

³ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: Oxford University Press, 2009, §93.

⁴ WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: Oxford University Press, 2009. §43.

⁵ Tenho em mente aqui pelo menos os trabalhos de Daniel Whiting (2010), Alan Millar (2000), Jaroslav Peregrin (2008), Robert Brandom (1994), Tim Thornton (2007), Saul Kripke (1982), Hans-Johann Glock (1998), Hannah Ginsborg (2012), Adrian Haddock (2012) e Wilfrid Sellars (1969).

⁶ GLÜER, K. WIKFORSS, A. *Es Brauch Die Regel Nicht: Wittgenstein on Rules and Meaning*. In: *The Later Wittgenstein on Language*, ed. Daniel Whiting, Palgrave, 2009.

linguagem não é uma atividade essencialmente regrada”. A nova perspectiva, contudo, também não é menos controversa, porém, ela potencialmente acaba por eliminar completamente uma série de equívocos assumidos por Kripke⁷ ao defender que o significado é uma noção *intrinsecamente* normativa⁸.

A identificação do significado com o uso alimenta um tipo de investigação essencialmente pragmática da linguagem, contrapondo-se a qualquer tentativa de se oferecer uma caracterização puramente metafísica do significado, e concentrando seus esforços na pesquisa a respeito dos fenômenos reais da linguagem. É por isso que não pode haver descobertas em filosofia (novas e surpreendentes teorias), pois tudo aquilo que é relevante para um problema filosófico está à vista de todos em nosso uso de expressões na linguagem. Tudo o que é necessário está contido em nosso conhecimento de como é que usamos as palavras que usamos, e isso, diz Hacker, “é algo que precisamos apenas ser lembrados”⁹.

É importante ressaltar que a posição defendida por Wittgenstein na segunda fase de seu pensamento é bastante radical no que se refere a sua primeira posição: é uma ilusão pensar que as palavras compartilham uma forma lógica idêntica com o mundo (isomorfismo lógico). No entanto, a tese central da “virada linguística”, ou seja, a tese de que há uma maneira correta de descrever o mundo, embora bastante plausível sobre múltiplos aspectos, também não estava isenta de problemas.

Nós dificilmente concluiríamos que o mundo consiste de palavras apenas porque com elas fazemos as descrições verdadeiras, mas, às vezes supomos que a estrutura do mundo é igual à estrutura da descrição. Esta tendência pode chegar ao ponto do linguomorfismo, quando concebemos o mundo como composto de objetos atômicos correspondendo a nomes próprios determinados e fatos atômicos correspondendo a sentenças atômicas. (...) uma descrição coerente seria uma distorção a menos que o mundo fosse coerente¹⁰.

Por outro lado, a “virada pragmática” traz consigo a ideia da substituição da distinção entre “aparência” e “realidade” – e entre a “natureza intrínseca” de algo e suas “características meramente relacionais” – pela distinção entre descrições *mais úteis* e descrições *menos úteis* do mundo. Dito de outro modo, o pragmatismo contemporâneo supõe que o progresso intelectual não envolve a representação fiel da natureza intrínseca de algo (algo como a normatividade intrínseca do significado, por exemplo), mas sim a descoberta de descrições cada vez mais úteis das coisas¹¹. É claro, no entanto, que esta posição não representa necessariamente o ponto de vista de

⁷ KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Cambridge: Harvard U. Press, 1982, p. 37.

⁸ Sobre este ponto, ver: CARMO, J. *Sobre a Normatividade do Significado*. Revista Kínesis (UNESP), 2012 vol. 4, n. 7, p. 376-391.

⁹ HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. Phoenix: Orion, 1997, p. 14.

¹⁰ GOODMAN, N. *The Way the World is*. Review of *Metaphysics*, 14, 1960 (48-56), p. 1.

¹¹ RORTY, R. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982, p. 13.

Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* e, também, a tese de Rorty a respeito da noção de “utilidade” não está, obviamente, livres de objeções.

De qualquer forma, como veremos a seguir, a abordagem de Paul Horwich é um tipo de naturalismo-pragmático, sobretudo quanto às noções de normas do significado e normas da verdade. O projeto wittgensteiniano nos textos do período tardio não é certamente um projeto naturalista de ordem reducionista, porém, existem boas razões para pensá-lo como um tipo de naturalismo social¹² (ou pragmático) onde as reduções se dão a partir de “habilidades” que surgem, se proliferam e se perpetuam completamente em nossas práticas sociais, e é a partir deste ponto que Horwich desenvolve sua concepção a respeito de “significado como uso”.

É importante notar que a posição de Horwich não pode ser considerada como propriamente uma exegese do pensamento de Wittgenstein, pois em muitos casos parece pouco provável encontrar uma leitura das *Investigações Filosóficas* que acomode ao menos duas importantes restrições: (1) que a identificação do significado com o uso seja de fato pertinente (esclarecedora) e (2) que não seja uma teoria controversa (que esteja de acordo com sua visão terapêutica da linguagem e sua perspectiva não-teórica¹³). Ao invés disso, a posição de Horwich seria mais bem compreendida se tomada como uma teoria não-revisionista fortemente influenciada pelos insights de Wittgenstein a respeito da determinação do significado através do uso.

2. Paul Horwich: Significado como Uso

Existem ao menos três maneiras razoáveis de se considerar a natureza do significado: ou bem (1) o significado é um produto exclusivamente humano e não-natural (é livre de qualquer determinação natural), ou (2) o significado é um produto natural regido por leis naturais ou, (3), ele é explicado através de uma terceira via, onde se diz que o significado é um produto natural pertencente ao reino das razões. A visão naturalizada do significado defendida por Horwich afilia-se, de certo modo, ao último sentido de significado (3).

¹² Sobre este ponto ver: STRAWSON, P. *Ceticismo e Naturalismo: Algumas Variedades*. São Leopoldo: Unisinos, 2008. Mas, fundamentalmente: MEDINA, J. *Wittgenstein's Social Naturalism*. In: *The Third Wittgenstein*. Burlington: Ashgate, 2004.

¹³ A perspectiva não-teórica de Wittgenstein gerou uma série de mal-entendidos que ainda hoje não foram completamente superados. A complexidade da investigação a respeito da linguagem e suas consequências para o estudo do significado levou Wittgenstein a considerar “novamente” a própria concepção geral acerca da tarefa da filosofia enquanto tal. O resultado bastante conhecido e controverso é este: a filosofia não deveria elaborar teorias para resolver problemas filosóficos, mas sim elucidar proposições, ou ainda, expor as confusões linguísticas que surgem da má utilização ou da má compreensão da linguagem.

Existem vários desafios que uma teoria do significado centrada na noção de uso deve enfrentar para que seja de fato pertinente. Poucos autores contemporâneos apresentam, de forma clara e sumarizada, os principais problemas relacionados a esta temática como o faz Paul Horwich. Em *Meaning* (1998) é possível encontrar uma série de desafios e respostas para tais problemas, de modo que aqui vou apresentar apenas os mais importantes.

Diferente de algumas posições semânticas tradicionais, a teoria do significado como uso¹⁴, delineada por Paul Horwich, se caracteriza pela defesa do ponto de vista contextual¹⁵, onde o significado de uma palavra é o uso dela em um *contexto* dado. O significado linguístico não é identificado com algum objeto (não é constituído por objetos de um tipo especial), assim como também não é identificado com imagens mentais (como é usual na tradição empirista de entender o significado como ideia¹⁶), e, também não é um ente de terceiro reino. Desse modo, o significado linguístico não é reduzido à mera referência¹⁷, ou seja, a teoria do significado como uso não reduz o papel dos nomes próprios ao mero ato de fornecer a referência, ou o objeto

¹⁴Em *From a Deflationary Point of View* (2004), Horwich oferece uma discussão acurada sobre o modo adequado de se entender as caracterizações mais comuns do uso linguístico. Uma maneira de entender o uso consiste em pensar que o uso envolve noções intencionais – noções estreitamente ligadas com a noção de sentido (por exemplo, ‘É usado para se referir a livros’; ‘É usado para expressar uma crença de que a neve é branca’, etc.). No entanto, isso acarretaria negar algo que Wittgenstein defendeu fortemente: a desmistificação do sentido e de seus conceitos relacionados. Por outro lado, se o uso é interpretado de modo não-intencional – se alguém insiste que o uso de um termo é caracterizado de modo puramente comportamental e físico – então embora a tese prometa desmitificar o significado, ela parece estar longe de representar uma solução pacífica para o problema do uso. A conclusão de Horwich nos leva a pensar que Wittgenstein acreditava que os critérios definitivos para que alguém utilize expressões significativamente estejam em seus próprios comportamentos, e que por isso o significado de uma palavra estaria baseado em aspectos não-intencionais de seu uso. Não deveríamos, no entanto, considerar o caráter polêmico desta ideia como um sintoma de *teorização* filosófica, mas sim como consequência de confusões que nos levam para longe do que está na verdade implícito no discurso. Para mais detalhes, ver: HORWICH, P. *From a Deflationary Point of View*. New York: Oxford University Press, 2004.

¹⁵Segundo Michael Dummett, a própria virada linguística tornou-se possível primeiramente por meio do famoso “princípio de contexto” de Frege (ver DUMMETT, M. *Wittgenstein on Necessity: Some Reflections*. New York: Oxford University Press, 1993. pp. 4-5).

¹⁶Esta tese, que remonta a Aristóteles, prevê que as palavras significam uma espécie de movimento da mente que, por sua vez, se referem aos objetos. John Locke retoma este tema naquela que podemos chamar de “teoria ideacional” do significado ou “teoria do significado como ideia”. Ele defende que as palavras na sua identificação primária, estão simplesmente no lugar de ideias na mente de quem as usa (ver LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. New York: Prometheus Books, 1995. Book II, II, §2).

¹⁷Uma diferença fundamental entre as teorias da referência da década de 50 do século passado e as teorias da referência contemporânea é o fato de que a referência é uma relação entre falantes e objetos, entre uma expressão e aquilo que o falante quer referir-se na específica ocasião de uso. A redução de seu papel central na determinação do significado, adotada pelas teorias contemporâneas do uso, deve-se fundamentalmente ao problema da intencionalidade.

denotado¹⁸. A referência, assim como queria o segundo Wittgenstein, possui um papel na determinação do significado nulo ou pelo menos extremamente reduzido. Em outras palavras, o significado é determinado completamente pelo uso e não pela referência.

Em linhas gerais, a estratégia de Horwich é oferecer uma abordagem deflacionista da referência. Não é meu objetivo aqui, no entanto, tratar das minúcias do argumento de Horwich sobre a questão da referência, pois isso exigiria um espaço maior do aquele que efetivamente temos. Mas, limito-me a indicar que sua abordagem prevê a análise de quatro aspectos distintos, mas intimamente relacionados: (1) uma consideração do significado de “referência”; (2) uma consideração da utilidade de nosso conceito de referência; (3) uma consideração da natureza subscrita da referência, ou ainda, do modo como sabemos que a referência não tem uma natureza subscrita; e (4) uma consideração dos significados dos nomes (termos singulares). Todas estas considerações estarão enraizadas na ideia de “aceitação”, ou ainda em nossa disposição natural para aceitar instâncias do esquema-T¹⁹.

A defesa de que o significado não é uma entidade abstrata ou psíquica tem como implicação direta a ideia de que o uso é observável objetivamente²⁰. Nisso estão de acordo boa parte dos filósofos inferencialistas, naturalistas e convencionalistas. Desse modo, a teoria do significado como uso busca oferecer uma descrição objetiva dos usos linguísticos (dos significados de nossas expressões), e ela depende fundamentalmente da análise do contexto em que os significados são utilizados. Este

¹⁸ Wittgenstein critica rigorosamente os diversos aspectos da definição ostensiva como determinante do significado linguístico. Ele mostrou que para se compreender a definição ostensiva é necessário já estar de posse de um certo tipo de noção. Por exemplo, para se compreender um enunciado do tipo “Isto é sépia” é necessário que se saiba que se está falando de uma cor e não de outra propriedade qualquer.

¹⁹ HORWICH, P. *Meaning*. Oxford: Oxford University Press, 1998, p. 118. (O tópico sobre a “referência” é amplamente discutido especialmente no capítulo 5).

²⁰ Embora esta ideia remeta a algo que Quine defendeu quando escreveu *Pursuit of Truth*, a saber: as orações observacionais; não deveríamos confundi-la com o que é aqui exigido pela teoria do uso. Quine pretende encontrar um tipo específico de orações, diretamente associadas com nossos estímulos, que possam atuar como elos iniciais da cadeia que conecta estímulo e teoria. Alguns exemplos deste tipo de orações são: “chove”, “está esfriando”, “é um coelho”. Segundo Quine, uma oração como “os homens são mortais” é uma oração ocasional, ou seja, ela somente é verdadeira em ocasiões específicas. Mas uma oração como “chove”, por exemplo, envolve uma aceitação imediata daqueles que estão envolvidos na conversa. Ele concorda que a observação possui limites imprecisos, pois envolve nossa disposição em concordar com a oração, o que por sua vez é algo que pode ocorrer em níveis distintos de sujeito para sujeito. A teoria do uso, por outro lado, exige uma identificação imediata do uso correto de uma expressão: é uma condição de sentido de uma conversa que aquilo que nela é dito possa ser claramente entendido. Neste caso, se eu digo “é um coelho” quando você está apontando para uma vaca, é óbvio que algo de estranho acontece: poderia ser o caso de que eu não saiba utilizar adequadamente as palavras “coelho” e “vaca”. Ambos os modelos concordariam, no entanto, quanto ao caráter da dependência do contexto: uma oração observacional está sempre condicionada a um contexto restrito. Ver: QUINE, W.V. *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

ponto também permanece fiel ao lema de Wittgenstein: “Numerosos mal-entendidos da linguagem ocorrem pelo uso de uma expressão em contextos inadequados”²¹.

A investigação pragmática do uso precisa explicar como “fatos” sobre o significado são compreendidos, pois parece trivial que para se conhecer uma linguagem é essencial conhecer o que suas palavras significam. É desejável, também, que ela explique a relação entre as palavras e seus significados, ou ainda, ela precisa justificar sentenças do tipo “x significa y”. Perceba que redução do papel da referência na determinação do significado não exige a teoria do significado como uso de oferecer uma explicação a respeito da relação entre palavras e objetos (significados e referências), ou seja, ela precisa dar conta da questão representacional, do modo como a linguagem pode representar a realidade. Ela deve oferecer uma análise que explique como, em virtude de seus significados, termos singulares são utilizados para referir objetos no mundo; predicados (termos gerais) são utilizados para referir conjuntos de objetos e como sentenças são utilizadas para expressar pensamentos que são verdadeiros ou falsos.

Atualmente muito tem se falado a respeito da “normatividade do significado”. Alguns filósofos consideram a normatividade semântica como uma espécie de critério decisivo para a adequação de uma teoria do significado. Se a teoria do significado não passa pelo teste, então ela não é uma opção razoável. Obviamente, existem muitas razões para se recusar este ponto. Um dos motivos é relativamente simples: a tese de que a normatividade do significado é extrínseca (derivada) pode oferecer explicações razoáveis (pragmáticas) para justificar os motivos pelos quais S utiliza “verde” para coisas *verdes* (e não para coisas *amarelas*), sem que com isso seja necessário apelar para a noção de normatividade intrínseca²², já que ela parece contradizer de certo modo nossa concepção intuitiva de significado.

A teoria do significado como uso de Horwich consegue explicar, a partir da análise dos benefícios práticos envolvidos na utilização padrão da linguagem, o motivo pelo qual a palavra “verde”, por exemplo, é aplicada para coisas *verdes* e não para *amarelas*. O critério de significação, de cunho naturalista, está baseado na ideia de que certas regularidades básicas de uso (convenções naturais) definem o significado de uma expressão. Em última análise, tais regularidades seriam explicadas pela identificação de certas propriedades não-semânticas do significado, ou seja, através

²¹Não é nenhuma novidade dizer que para Wittgenstein a filosofia era uma luta contra o *enfeitamento* da linguagem, contra os mal-entendidos que provém do mau uso da linguagem cotidiana. A filosofia é um trabalho de esclarecimento conceitual e deve ajudar a distinguir os usos descritivos (empíricos) e os usos normativos da linguagem (nesse caso, gramatical).

²² O intenso debate atual a respeito da normatividade gira em torno da necessidade de encontrar uma explicação razoável da conexão entre uso, significado e correção. Por um lado, os principais defensores da tese forte da normatividade do significado são Kripke, Thorton, Glock, Brandom, Peregrin, Whiting, Millar e Connelly. Por outro lado, seus principais opositores são Horwich, Boghossian, Hattiangadi, Grüer e Wikforss.

daquilo que Horwich chama de “propriedade de aceitação”. Antes de procurar delimitar o que Horwich entende por essa propriedade, deixe-me dizer algumas palavras a respeito da redução de fatos semânticos a fatos não-semânticos.

A noção de “fato semântico” é extremamente problemática, do mesmo modo que a noção de “fato moral” parece ser. Anandi Hattiangadi²³ tem sugerido que o realismo moral, ao comprometer-se com a existência objetiva dos fatos morais, enfrenta um dilema: se os fatos morais são “fatos naturais”, então o realista se compromete com a *falácia naturalista*. Se os fatos morais não são naturais, então eles seriam o contrário dos fatos empíricos ordinários, e, assim, seriam incognoscíveis. Não é óbvia a identificação de fatos morais com fatos semânticos, porém, a aproximação se deve ao modo como devemos conceber estes fatos. A pergunta comum tanto ao realismo moral quanto ao realismo semântico é justamente essa: o que são estes fatos e como podemos justificá-los caso não sejam análogos a fatos “naturais”?

Da mesma forma, se o significado é intrinsecamente normativo, como querem os normativistas, então alguém poderia dizer que o realismo semântico enfrenta um problema análogo ao enfrentado pelo realismo moral: se o realismo defende que os fatos semânticos são naturais ele comete uma falácia, e se diz que os fatos semânticos não são naturais, ele os torna misteriosos e incognoscíveis. Ocorre, no entanto, que contrariando a tese bastante popular de Kripke, poderíamos supor que a normatividade semântica e a normatividade moral não podem ser casos perfeitamente análogos. Uma prova disso é justamente o fato de que a normatividade semântica só poderia ser concebida no sentido de “correção” (ou como diz Hattiangadi, no sentido de “norma-relativa”), enquanto que a normatividade moral seria essencialmente prescritiva (diz o que se deve fazer, ou evitar, a quem admirar ou condenar).

Note que, ainda assim, o problema de se supor a existência de fatos morais ou semânticos, como tipos de fatos diferentes dos “naturais” ainda não está, completamente, superado. Dizer que a normatividade dos fatos semânticos é diferente da normatividade dos fatos morais, é apenas dizer que eles não podem ser análogos e que, aparentemente, eles escapam da lei de Hume. Resta oferecer uma caracterização razoável de tais fatos, ou seja, oferecer um modo de explicar como surgem e quais são de fato os ganhos explicativos quando assumimos este recurso em nossas análises.

Uma maneira particularmente esclarecedora de resolver o problema é supor que “fatos semânticos” (ou propriedades semânticas) podem ser legitimamente reduzidos a “propriedades não-semânticas”, ou, neste caso, “propriedades naturais”. Uma longa tradição²⁴ tem dirigido numerosas objeções contra este modelo de pensamento, em especial aqueles que defendem que as propriedades são

²³ HATTIANGADI, A. *Oughts and Thoughts: Rule-Following and the Normativity of Content*. New York: Oxford, 2007.

²⁴ Principalmente os filósofos que assumem a posição de John McDowell. Ver: MCDOWELL, J. *Mind and World*. Harvard: Harvard University Press, 1996.

metafisicamente independentes de propriedades naturais. Ocorre, no entanto, que esta suposição parece tornar o problema ainda mais difícil de resolver, pois se as propriedades semânticas são independentes de propriedades naturais, então parece difícil imaginar como as propriedades semânticas poderiam determinar de algum modo nossos comportamentos. (Como utilizar “verde” apenas para coisas *verdes*, por exemplo).

Paul Horwich supõe, no entanto, que a redução é de fato possível e que as propriedades semânticas são frutos de propriedades naturais. Perceba que ao proceder dessa forma Horwich evita de modo particularmente eficaz a objeção de que as concepções naturalistas não conseguem explicar adequadamente o fenômeno da normatividade do significado, pois ou suas considerações não teriam sentido ou teriam que pressupor a própria normatividade na explicação (petição de princípio).

A posição de Horwich explica a questão da normatividade através de seus elementos pragmáticos, ou seja, através dos benefícios práticos envolvidos na utilização comum de palavras significativas. De fato, parece bastante razoável supor que é bom utilizar as palavras de modo correto, pois assim seremos mais facilmente compreendidos em nossa comunidade linguística. Morar no Brasil sugere, entre outras coisas, que se utilize a língua portuguesa quando se quer obter sucesso na comunicação de um modo mais eficaz, pois é isso que os demais brasileiros fazem e é isso que esperam dos demais sujeitos. Ou seja, existem benefícios práticos em utilizar a língua-padrão.

A redução de uma propriedade semântica a uma propriedade não-semântica (natural) não implica necessariamente em um tipo de naturalismo fisicalista. Horwich defende, antes, um tipo de naturalismo-deflacionista onde o resultado da redução de nossas propriedades semânticas é o reconhecimento de certas regularidades básicas de uso que, em última análise, são explicadas por uma propriedade não-semântica e não-intencional: uma propriedade de aceitação.

As regularidades do uso (que estou sugerindo) constituem o significado das palavras referem-se às circunstâncias nas quais sentenças específicas são aceitas privadamente (ou seja, proferidas assertivamente para si mesmo). Portanto, na medida em que o objetivo da teoria é oferecer uma explicação geral das propriedades do significado através de uma análise redutiva não-semântica deles, é essencial para torná-la plausível que a relação psicológica ‘o sujeito S aceita a sentença “p”’ possa ser explicada em termos não semânticos²⁵.

Horwich chama a atenção para o fato de que a palavra “aceitação” não está sendo utilizada aqui em sentido comum. O sentido comum de “aceitação” está intimamente relacionado à ideia de uma atitude proposicional, no mesmo sentido em

²⁵ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. pp. 94-5.

que o sujeito *S* está disposto a aceitar que “pássaros voam”. O sentido de “aceitação” utilizado aqui, diz Horwich, é o mesmo utilizado por Donald Davidson quando se refere a “manter a verdade”. A aceitação, portanto, neste sentido especial, permite que *S* aceite (mantendo a verdade) que “pássaros voam” e, assim, aceite (também no sentido comum) a proposição que ela expressa²⁶.

A estratégia de Horwich é primeiramente recusar a noção *standard* de aceitação (aquela que afirma que ela é um conceito semântico) e, em seguida, esboçar uma noção positiva de aceitação: mostrando que ela não é propriamente uma noção semântica. Em geral os filósofos assumem a posição *standard* em função de considerarem a aceitação como semelhante à noção de verdade. Nesse caso, diz Horwich, a diferença entre *aceitar* uma sentença e *meramente proferi-la* (como uma brincadeira), consiste na presença ou ausência de um compromisso para com a verdade da sentença, logo, sendo a verdade uma noção semântica, então a aceitação também deveria ser.

Ocorre, no entanto, que nesta concepção “aceitar uma sentença” parece ser equivalente a “aceitar sua verdade”. Ora, se esta concepção estiver correta, então alguém poderia supor a mesma equivalência entre *duvidar* de algo e *duvidar* de sua verdade, e assim por diante. Todas essas correlações poderiam ser completamente explicadas pela obviedade do esquema-T (“*p*” é verdadeiro \leftrightarrow *p*). Desse modo, a concepção *standard* de “aceitação” pressupõe um relacionamento estreito com a noção de verdade. Mas isso, obviamente, não está completamente correto, pois o relacionamento da “aceitação” com a “verdade” não parece ser aquilo que distingue propriamente a noção de aceitação de outras atitudes tais como conjecturar, por exemplo. O correto, segundo Horwich, seria dizer que a noção de aceitação não pressupõe a noção de verdade.

A aceitação é, na abordagem naturalista de Horwich, uma noção não-semântica. Uma das razões para defender esta posição é o fato de que ela poderia ser explicada em termos puramente físicos, psicológicos ou comportamentais²⁷. Desse modo, a teoria do significado como uso aproxima-se das concepções oferecidas por Jerry Fodor e Ruth Millikan na medida em que supõem uma espécie peculiar de funcionalismo que é suficientemente capaz de explicar as noções de “aceitação”, “desejo”, “observação” e “ação”²⁸. Horwich está interessado em revelar as condições pelas quais aceitamos certas sentenças, sua estratégia é mostrar que nossa aceitação de sentenças é governada por certas leis básicas (regularidades básicas de uso) que explicam todos os nossos usos de expressões, o que fica evidente nos seguintes casos:

- (1) Verdade: em geral estamos dispostos a provisoriamente aceitar cada instância do esquema “*p*” é verdadeiro \leftrightarrow *p*” (regularidade sentencial).

²⁶ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 95, n. 29.

²⁷ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. pp. 95-6.

²⁸ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 96.

- (2) Vermelho: estamos dispostos a aceitar “isto é vermelho” em resposta ao tipo de experiência visual normalmente provocada por superfícies vermelhas (regularidade perceptual);
- (3) E: estamos dispostos a aceitar uma das duas vias do esquema “ $p, q // p \& q$ ” (regularidade inferencial);
- (4) Água: estamos dispostos a aceitar “ x é água \leftrightarrow ela tiver a natureza subscrita do material de nossos mares, rios, etc.” (regularidade natural)²⁹.

De acordo com estes exemplos, fortemente ligados às ideias de inferência e decisão racional, fica fácil perceber que a aceitação (assim como outros fenômenos) poderia ser explicada sem a pressuposição de qualquer fato semântico. Aceitar uma sentença envolve algo mais do que apenas aceitar sua verdade, pois a aceitação pode estar relacionada a certas regularidades de comportamento, ao aceitar, por exemplo, a sentença “isto é vermelho” quando se está na presença de algo evidentemente vermelho. A teoria do significado como uso, assim concebida, teria a peculiaridade de explicar facilmente como surgem fatos semânticos a partir de propriedades completamente não-semânticas do significado.

Por outro lado, poderíamos oferecer uma explicação convencionalista para o fenômeno da aceitação em moldes muito semelhantes aos de Horwich: as palavras são utilizadas na linguagem para significar o que elas significam ou para transportar os significados que elas transportam; pois de alguma maneira, de forma gradual e informalmente, os agentes chegaram a um entendimento de que é isso que se deve fazer para *dizer* o que eles *dizem*. Desse modo, com essa caracterização da linguagem fortemente convencional poderíamos explicar também o motivo pelo qual as palavras são utilizadas de múltiplas maneiras, ou mesmo o motivo pelo qual palavras diferentes são utilizadas para significar ou transportar os mesmos conteúdos.

Dizer isso não é dizer muito. Não é representar a linguagem como o modelo de um cálculo, rígido e preciso. Não é defender a linguagem “correta” contra a linguagem coloquial, ou vice-versa. Isso também não quer dizer que todas as línguas que possamos imaginar sejam igualmente boas, ou que todos os recursos de uma linguagem útil poderiam ter sido cunhados de um modo diferente. Não é dizer que as verdades necessárias são criadas por convenções: apenas que verdades necessárias, como verdades geológicas, são convencionalmente declaradas com estas palavras, ao invés de naquelas. Não é exaltar os poderes das convenções como fazem os filósofos convencionalistas, mas apenas insistir que elas estão lá. A trivialidade de que existem convenções da linguagem não é um dogma de qualquer escola filosófica, mas

²⁹ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. p.p. 96-7.

comanda a aprovação imediata de qualquer pessoa pensante – a menos que ela seja um filósofo.³⁰

As convenções surgem em função de problemas de coordenação³¹ e, como tal, envolvem a suposição de que regularidades na ação ou em crenças não são originadas através de acordos explícitos, no sentido de um pacto ou contrato social. Uma razão para isso é o fato incontroverso de que os agentes nem sempre respeitam ou se conformam às regras estipuladas por acordos explícitos. Se as convenções da linguagem fossem realmente originadas por acordos, então seria realmente difícil garantir que o acordo hoje praticado fosse o mesmo do momento em que ele foi firmado³². A posição de Horwich não é convencionalista nesse sentido, pois ela defende que a linguagem necessita de regularidades básicas de uso que não sejam completamente arbitrárias.

Uma justificativa para adotar a “aceitação” como propriedade não-semântica do significado é o fato de que além de conseguir explicar o modo como as palavras adquirem seus significados, ela também permanece coerente com o projeto naturalista, uma vez que não pressupõe a própria coisa na explicação. O significado é derivado de uma propriedade não-semântica na medida em que existem benefícios e justificações práticas envolvidas na utilização de palavras na linguagem. Considere a utilização da palavra “verde” para *coisas verdes*.

- (1) *S deseja* usar “verde” para *verde* se e somente se *P* utilizar “verde” para *coisas verdes*;
- (2) *S espera* que *P* use “verde” para *coisas verdes*;
- (3) *S tem uma razão para desejar* usar “verde” para *coisas verdes*;
- (4) *S usa* “verde” para *coisas verdes*.

³⁰ LEWIS, D. *Convention: a Philosophical Study*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002. p.1.

³¹ Um problema de coordenação, segundo a análise de Lewis, é uma espécie de problema coletivo que exige uma normatização ou uma coordenação, pois sem ela os indivíduos obteriam mais prejuízos do que benefícios práticos. Um dos exemplos oferecidos por Lewis é o caso da ligação telefônica interrompida. Imagine que os sujeitos S e P estão conversando ao telefone e que subitamente a ligação é interrompida contra o desejo dos dois de continuar o diálogo. Nesse caso, para que houvesse um equilíbrio de coordenação um dos dois deveria voltar a chamar enquanto o outro deveria aguardar. Se ambos resolvem praticar a mesma ação, então a chance de restabelecer a conexão é praticamente nula. Se este problema de coordenação fosse recorrente, então uma perfeita convenção poderia se estabelecer e proliferar entre os membros de uma comunidade. A convenção poderia ser algo do tipo: “toda vez que uma chamada for subitamente interrompida, contrariando o desejo dos agentes em questão, então, para atingir o equilíbrio de coordenação, o chamador original deve voltar a chamar, enquanto o receptor original deve aguardar”. Denunciando o caráter essencialmente arbitrário das convenções, poderíamos dizer que qualquer outra combinação para aquela convenção poderia funcionar igualmente bem desde que os agentes pratiquem ações diferentes: um deve chamar e o outro aguardar. Para uma análise detalhada ver LEWIS, D. *Convention: a Philosophical Study*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.

³² Os motivos são os mais diversos: o tempo passa; as pessoas estipulam novos significados; a memória pode falhar; a comunidade recebe novos integrantes (alheios ao acordo inicial); etc.

Note que *S* usa a palavra “verde” para *coisas verdes* porque é isso que os membros de sua comunidade linguística costumam fazer. Que os membros de uma comunidade utilizem uma palavra de uma determinada maneira é uma boa razão para que alguém se conforme a sua regularidade de uso. Quando a maioria utiliza uma palavra de uma maneira particular, uma convenção pode surgir e se proliferar de modo eficiente. Em outras palavras, *S* tem mais chances de ser compreendido se utilizar as palavras de modo padronizado em sua cultura. Pode-se dizer que os membros de uma comunidade desejam utilizar as palavras de um modo padronizado, pois é isso que possibilita o sucesso da comunicação.

Portanto, o que determina os usos eficientes e ineficientes de uma palavra não é uma estrutura normativa intrínseca, mas, antes, o que determina o conteúdo conceitual das palavras é o próprio uso, e há razões para pensar que em muitos casos isso ocorre de modo completamente independente da intencionalidade dos agentes. O que caracteriza propriamente as expressões significativas é o fato de que elas possuem propriedades constituintes³³ (regularidades básicas de uso) que são especificadas a partir de uma generalização que fornece as circunstâncias nas quais as sentenças são consideradas verdadeiras ou falsas. Considere os seguintes exemplos:

- (a) *S* está disposto a afirmar que “*x* é vermelho” na presença de algo evidentemente vermelho³⁴;
- (b) *S* está disposto a aceitar que “a proposição de que *p* é verdadeira se e somente se *p*”.

É fácil perceber que (a) e (b) dependem do posicionamento de *S* a respeito da noção de “verdade”. Nesse caso, o que explica o uso da palavra “verdade” seria a tendência natural de *S* em aceitar instâncias de “a proposição de que *p* é verdadeira se e somente se *p*”. Desse modo, poderíamos derivar o seguinte esquema: “ ϕ ” é constituída por uma regularidade básica do tipo: “todos os usos de ϕ são derivados do fato de que $A(\phi)$ ” – onde $A(\phi)$ é uma propriedade de aceitação.

Esta é outra maneira de dizer que o “uso” não precisa estar restrito a inferências³⁵ ou a outros fenômenos estritamente internos. É certo, no entanto, que para muitos casos o significado de uma expressão pode ser determinado por

³³ HORWICH, P. *Meaning*. New York: Oxford University Press, 1998. p. 57.

³⁴ Semelhantemente ao tipo de enunciados de que fala Quine ao buscar resolver o problema da tradução, aqui se fala em enunciados observacionais, ou seja, aqueles enunciados que são emitidos em concomitância com um fenômeno claramente perceptível.

³⁵ Toda argumentação é constituída tipicamente por uma inferência ou mesmo por uma série delas. Usa-se o termo inferência para se falar do ato de passar das premissas às conclusões segundo determinadas regras e também para se falar da estrutura desta passagem. Muitos filósofos buscaram explicitar algumas dessas regras, em especial aquelas regras que, tendo em vista a verdade das premissas, garantem a verdade da conclusão.

regularidades do uso puramente internas (como é o caso da verdade, por exemplo), mas na maioria dos casos ele é determinado por uma regularidade externa (vermelho, por exemplo, faz referência a uma afetação externa).

A teoria de Horwich, portanto, tem como peculiaridade o fato de que as regularidades do uso não são explicitamente formuladas e nem mesmo deliberadamente seguidas através de regras. Esta estratégia permite evitar qualquer objeção em razão de circularidade viciosa, já que a ideia de regularidade do uso não é caracterizada utilizando-se do próprio termo³⁶. A regularidade do uso de uma palavra *transmite* sua ocorrência às ocorrências de outras palavras. Ou seja, as regularidades que governam a aplicação de diferentes palavras não são inteiramente separadas umas das outras. É por isso que em uma proposição a regularidade do uso diz respeito a todas as expressões constituintes³⁷.

Para concluir, perceba que esse caráter dinâmico da teoria de Horwich acaba por revelar a inexistência de uma única propriedade que dê conta de todos os significados, em outras palavras, não existe uma propriedade uniforme que constitua todas as relações do significado. Existem, no entanto, regularidades básicas que são capazes de explicar o uso de todas as palavras. Um exemplo dessas regularidades é revelado pela “propriedade da aceitação”, que varia de acordo com o tipo de expressão cujo significado está sendo explicado. Nas palavras de Horwich, varia se estivermos interessados em explicar, por exemplo, o significado de “cachorro”, “elétron” ou “neutrino”.

Referências

- BRANDOM, R. *Making it Explicit*. Cambridge: Harvard U. Press, 1994.
CANFIELD, J. *Philosophy of Meaning*. New York: Routledge, 1997.
CARMO, J. Sobre a Normatividade do Significado. *Revista Kínesis (UNESP)*, 2012 vol. 4, n.7.
DUMMETT, M. *Wittgenstein on Necessity*. New York: Oxford University Press, 1993
GLOCK, H. J. *Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
GLÜER, K. WIKFORSS, A. *Es Brauch Die Regel Nicht*. Palgrave, 2009.
GOODMAN, N. *The Way the World is*. *Review of Metaphysics*, 14, 1960 (48-56).
GRICE, H.P. *Studies in the Ways of Words*. Cambridge: Harvard U. Press, 1989.

³⁶ Eric Swanson (2009) discorda em vários aspectos da teoria de Horwich, em especial quanto à propriedade (ou condições) de aceitação. Para ele este termo técnico deve ser mais bem explicado, a mera caracterização desta propriedade como uma relação psicológica entre uma sentença e o uso que dela fazemos não seria suficiente para fornecer um entendimento adequado.

³⁷ Robert Brandom, o principal defensor do inferencialismo contemporâneo, certamente discorda desta ideia, pois para ele o significado é atribuído através de um tipo de composicionalidade fraca, ou seja, o significado é atribuído apenas a frases completas e não a cada termo isolado como parece defender Horwich.

- HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. Phoenix: Orion, 1997.
- HATTIANGADI, A. *Oughts and Thoughts*. New York: Oxford University Press, 2007.
- HORWICH, P. *From a Deflationary Point of View*. New York: Oxford U. Press, 2004.
- _____, *Meaning*. New York: Oxford U. Press, 1998.
- _____, *Reflections on Meaning*. New York: Oxford U. Press, 2005.
- LEWIS, D. *Convention: a Philosophical Study*. Oxford: Blackwell Publishers, 2002.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding*. New York: Prometheus Books, 1995
- MCDOWELL, J. *Mind and World*. Harvard: Harvard University Press, 1996.
- MCGINN, C. *Wittgenstein on Meaning: An Interpretation*. Oxford: Blackwell, 1984.
- MEDINA, J. *Wittgenstein's Social Naturalism*. Burlington: Ashgate, 2004.
- QUINE, W.V. *Pursuit of Truth*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- RORTY, R. *Consequences of Pragmatism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.
- STRAWSON, P. *Ceticismo e Naturalismo: Algumas Variedades*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- SOAMES, S. *Reference and Description*. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: Oxford University Press, 1953.
- _____, *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Unesp, 2001.

Doutorando em Filosofia (PUCRS)
Professor do Departamento de Filosofia-UFPEL
E-mail: juliano.ufpel@gmail.com